

por pessoas negras livres e libertas e pelos próprios escravizados.”

“Jânio realmente proibiu o biquíni, mas quando presidente e nas praias do Brasil.” Então, o Jânio Quadros, quando foi presidente da República, ele proibiu o uso de biquínis, mas nas praias do Brasil. “Até porque a Capital paulista não fica no litoral. Jânio foi de fato prefeito da capital, mas em períodos distintos do relatado pela aula digital: de 1953 a 1955 e de 1986 a 1988.

Ele era um político controverso que emergiu se colocando como solução para os problemas da corrupção e da moralidade. Criava fatos, como a proibição de uso de biquínis, e também da briga de galo, para chamar atenção para si, segundo Marco Antonio Teixeira, cientista político da Fundação Getúlio Vargas.

Em um outro conteúdo de história, destinado a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, o governo paulista afirma que a cidade de São Paulo tem praias. O erro está em uma aula referente à rápida passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República.” Olha lá, foco no conteúdo! Foco no conteúdo que vai para os alunos!

“A proibição do uso de biquínis foi adotada por Jânio Quadros em 1961, quando ele era prefeito de São Paulo.” Jânio Quadros não era prefeito de São Paulo em 1961. Ele era o presidente da República. “Ele emitiu um decreto vetando o uso de biquínis nas praias da cidade.” São Paulo não tem praias, deputado Vitão do Cachorrão!

O que esse governo do Tarcísio, do Thorcísio Privatizador, quer levar para os nossos alunos? O que ele quer levar às escolas com essa história de plataforma digital, de conteúdo digital? É desinformar os nossos alunos.

Olha a aula de história que ele está levando, não querendo colocar os livros, querendo se livrar dos livros, porque os livros são avaliados pelos professores, são escolhidos pelos docentes. Então, ele quer criar o seu próprio conteúdo, mas é o conteúdo da desinformação.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Reis. Antes de chamar aqui o próximo orador, que é o Giannazi. Só vou agradecer a presença do vereador Gil Sales, que está lá no nosso gabinete, de São Miguel Arcajo, sempre trazendo demandas para a Saúde, para a infraestrutura, para a Educação.

Segue a lista aqui agora do Pequeno Expediente, Lista Suplementar, nosso amigo Carlos Giannazi, deputado Carlos Giannazi tem a palavra por cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Vitão do Cachorrão, deputado Reis, deputado Suplicy, um absurdo o que está acontecendo na Secretaria da Educação, essa gestão do Renato Feder, dono da Multilaser, está destruindo a Educação do estado de São Paulo.

Recentemente ele tentou retirar o livro didático das nossas escolas, o livro didático que é oferecido, distribuído pelo MEC, um livro que é escolhido através de um rigoroso processo de seleção por professores da área, por intelectuais, escritores, por comissões especializadas. Então, o critério é muito rigoroso. E são livros sem erros, Sr. Presidente, que são esses livros aqui, os livros didáticos do Ministério da Educação, do Programa Nacional do Livro Didático.

Esses livros seriam retirados, não fosse a nossa intervenção, a nossa liminar. Nós entramos com uma liminar, uma ação popular, e conseguimos uma liminar barrando a retirada do livro didático.

O livro fica, mas o Renato Feder, dono da Multilaser, queria substituir o livro didático por esses slides que são eivados por erros grosseiros, Sr. Presidente. E V. Exa. foi direto ao ponto, mostrando essa matéria do UOL.

Queria só colocar primeiro a matéria do UOL, que hoje está sendo repercutida em todo o Brasil. Essa é uma matéria que o deputado Reis acabou de ler aqui, na íntegra praticamente, “Gestão Tarcísio ensina que Capital tem praia e Pedro 2º assinou a Lei Áurea”.

Isso é um absurdo total do ponto de vista histórico, mas tem outros erros que eu já venho denunciando há um bom tempo aqui na tribuna da Assembleia Legislativa, daí eu quero mostrar o próximo slide, daí sim, que eu já tinha denunciado, deputado Reis.

Olha só, erros absurdos de português, de gramática. Ali eles escrevem oxigênio, está errado, espaço, não estou conseguindo ler daqui, dá para ampliar um pouquinho? Não dá para ampliar, mas onde está tem vermelho são erros de português, erros de grafia em vários desses slides. O tempo todo, presidente, e erros conceituais, erros históricos.

Agora sim, agora melhorou. Então está lá: “as planta”, o correto é “as plantas”. Ali tem “meu bairro”, com apenas um “r”, um absurdo, são erros que estão sendo denunciados o tempo todo, erros de conceito, erros históricos, erros de português, de gramática.

São vários os erros desses slides, eles não têm referência bibliográfica, Sr. Presidente, é um absurdo isso. Logo, logo vai aparecer aí um conteúdo segundo o qual a Terra é plana, porque esse é um governo herdeiro do governo terraplanista, negacionista, é isso que eles querem introduzir.

Presidente, isso não é apenas um erro, isso é intencional, é para destruir a Educação, é para emburrecer os nossos alunos, não é? Eu falei hoje a famosa frase histórica do grande Darcy Ribeiro, de que a crise da Educação não é uma crise, é um projeto.

Então esses erros, o que está acontecendo em São Paulo não é uma incompetência administrativa, é um projeto desse governo negacionista, terraplanista, autoritário, de destruir a Educação do estado de São Paulo de várias maneiras, inclusive nos conteúdos programáticos.

Então são vários erros, Sr. Presidente, nós conseguimos aqui a manutenção, o livro didático fica, se não houvesse o livro didático nós ficaríamos refêns desses erros. Falta aparecer aí que a Terra é plana, que a cloroquina cura a Covid e tantos outros absurdos que já foram ditos e defendidos pelos terraplanistas, pelos negacionistas, mas é disso que se trata.

Então, Sr. Presidente, nós vamos continuar acompanhando, fiscalizando esses conteúdos. Estamos pedindo uma intervenção do Ministério Público do Estado nessas plataformas digitais, porque o que está acontecendo? Há uma máfia das plataformas digitais. Têm grandes grupos econômicos vendendo essas plataformas digitais para a Secretaria da Educação.

Olha o que está acontecendo lá no Paraná, a rede está entrando em greve: é fruto exatamente da política educacional desse secretário, dono da Multilaser, que implantou plataformas. Isso gerou o esgotamento do processo educacional, e lá os professores vão entrar em greve.

Professores do Paraná anunciam greve de aplicativos por um dia nas escolas. Eles não aguentam mais esses aplicativos para controlar. Olha, são muitas as plataformas, e ele vai fazer a mesma coisa, na verdade, não vai fazer, porque ele já está fazendo a mesma coisa aqui no estado de São Paulo. Nós vamos reagir à altura, até porque aqui não é o Paraná, é um estado grande. Lá tem mobilização também, o sindicato lá é ótimo, é combativo. Eles enfrentam o autoritarismo do governo, e nós vamos enfrentar aqui também, com as nossas entidades representativas do Magistério, com a Apeoesp, com a Udemo, com a Apase, com o CPP, com todas as entidades, com a Afuse.

Sr. Presidente, nós vamos fazer esse enfrentamento, e vamos defender a Educação do estado de São Paulo. Então, o livro fica. Nós queremos livro didático, porque esses não têm erros.

E vamos acionar o Ministério Público, o Tribunal de Contas, para fazer uma verdadeira devassa nos contratos dessas plataformas digitais que estão sendo vendidas e implantadas

aqui pela Secretaria da Educação nas nossas escolas, e também nesses conteúdos.

Sr. Presidente, são erros gravíssimos, que estão levando nossos alunos a terem uma educação equivocada, com falsas informações históricas e geográficas. Aí, o aluno vai acreditar mesmo que a terra é plana, porque vai aparecer lá, “A Terra é plana”. E ele vai acreditar nisso, porque é um conteúdo da escola e da Secretaria da Educação.

É isso, Sr. Presidente, nós já estamos tomando as medidas cabíveis contra esse descalabro desse governo e dessa gestão do Renato Feder. Nós também estamos na campanha e no movimento “Fora Feder”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. O próximo orador é o deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, levando em conta as iniciativas para combater as desigualdades no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e em companhia do hoje ministro do Desenvolvimento Social, ex-governador do Piauí, estão no Piauí para lançar um programa de combate à fome.

Esta iniciativa tem muito a ver com o que aconteceu ontem em Brasília, quando houve o lançamento do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades.

Gostaria de fazer uma sugestão ao presidente Lula, ao ministro Wellington Dias, ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, à ministra Simone Tebet, do Planejamento, para que seja constituído um grupo de trabalho no âmbito do governo, interagindo com a sociedade civil, com o chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, para estudar quais as etapas que significarão ou que está na Lei que reinstituíu o programa Bolsa Família, extinguiu o programa Auxílio Brasil, e que diz com clareza que o programa Bolsa Família constitui uma gradual implementação da universalização da renda básica de cidadania até que ela se torne incondicional e, portanto, universal para toda a população brasileira. Mas como assim? Até os que mais têm mais recurso irão receber? Sim, mas obviamente irão contribuir para que eles próprios e todos venham a receber.

Então, é importante que possa o governo federal convidar alguns dos especialistas, estudiosos dessa matéria, e são tantos no Brasil, assim como também internacionalmente, e poderia o governo até convidar alguns desses estudiosos de profundidade sobre a renda básica para interagir com esse grupo de trabalho, professores como Felipe Rompares, Ga Sternig, Sara da Bala, e outros que certamente terão o maior prazer de contribuir.

E aqui o próprio grupo de economistas, como Bernard Appy e outros que estão colaborando para a elaboração da reforma tributária, no sentido de que ela possa cobrar mais daqueles que têm mais para efetivamente beneficiar o conjunto da população brasileira.

E ressalto aqui as palavras de Odéli Grajeli, do lançamento ontem do pacto nacional para o combate às desigualdades, como importante é que possa o Brasil, da mesma maneira que um dia diante da consciência de que a escravidão era algo totalmente inadequado, da mesma maneira que um dia se percebeu que as mulheres deveriam ter o direito de votar, também será muito importante que possa o governo detectar o quão importante será a implantação do direito inalienável de todas as pessoas participarem da riqueza comum da nação brasileira, e podemos assim atender mais e melhor o grande desejo de um dos maiores defensores da renda garantida, Martin Luther King Jr. Possamos logo no Brasil e na terra ver todas as pessoas juntas, os filhos de ex-escravos, os filhos de ex-donos de escravos serem capazes de se sentar juntos na mesa da fraternidade.

É importante ressaltar que ontem, na reunião do conselho e da Frente Parlamentar em Defesa da Maior Igualdade, houve assim uma atenção muito forte para que possamos acabar com o racismo e com toda e qualquer discriminação, seja contra os negros, contra os indígenas, contra as mulheres, para caminhar num Brasil mais justo, igualitário onde todos tenham o direito à vida com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Encerrando o Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem deputado Carlos Giannazi, pela ordem deputado Luiz Fernando.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 pela vice-liderança do PSOL. O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Presidente, deputado Reis, de volta a esta tribuna, quero cumprimentar o deputado Conte Lopes, o deputado Luiz Fernando; Sr. Presidente, nós estamos falando aqui da desastrosa gestão da Educação no estado de São Paulo, do secretário Renato Feder, dono da Multilaser, que veio aqui no final do primeiro semestre e se comprometeu, após nossas cobranças, publicamente, na Comissão de Educação, em uma audiência pública oficial, a encaminhar um projeto de lei para a Assembleia Legislativa, para que nós pudéssemos flexibilizar as APDs e, também, a volta da falta-aula, porque hoje o que tem é a falta-dia, que é um verdadeiro absurdo, uma aberração jurídica e trabalhista.

No dia treze de julho, eu tive uma audiência com o secretário Renato Feder lá no seu gabinete dele, na Secretaria da Educação, com toda a equipe dele, e reafirmei a necessidade, essa exigência de flexibilizar as APDs, que as APDs sejam feitas em local de livre escolha, porque essas APDs estão matando os nossos professores e as nossas professoras.

Não é possível a realização dessas APDs nesse formato imposto pela Lei 1.374, de 2022, da famosa farsa da reforma da carreira do Magistério do Rossieli, do Doria, do Rodrigo Garcia. Nós fomos totalmente contra aquela lei.

Mais recentemente, depois de tanto desgaste, o secretário, para tentar aliviar um pouco a barra dele, anunciou em uma “live” que estaria enviando o projeto de lei para a Assembleia Legislativa, mas hoje já é dia 31 de agosto, e nada aconteceu, não chegou nem um projeto aqui na Assembleia Legislativa.

Ele tem que encaminhar um PLC, um projeto de lei complementar, para que nós possamos votar em caráter de extrema urgência, flexibilizando, garantindo que essas APDs, essas atividades pedagógicas diversificadas sejam feitas em local de livre escolha. É isso o que nós queremos de imediato, é o mais grave, Sr. Presidente.

E, também, a volta da falta-aula, porque hoje se um professor tem cinco aulas de matemática, e ele falta a última porque aconteceu um acidente, um imprevisto, ele perde as outras que ele já lecionou, as outras quatro. Isso é uma aberração jurídica, uma afronta ao direito trabalhista. Isso é inconstitucional, todo mundo sabe. Isso tem que ser revogado imediatamente.

Nós já acionamos o Ministério Público Estadual. Não tivemos ainda uma decisão. Mas isso tem que ser revogado, Sr. Presidente, isso é uma vergonha, o estado de São Paulo manter uma legislação como essa, que afronta o direito trabalhista.

E outras exigências que nós fizemos a ele, a questionão dos critérios, também, da escolha de aulas, da atribuição de aulas no início do ano, enfim. Ele se comprometeu já três vezes, na Comissão de Educação, em uma audiência que eu pedi, ele me

disse isso, que estaria encaminhando, e agora através de uma “live” que ele fez recentemente, mas até agora nada.

A rede estadual não pode mais esperar que essas APDs continuem sendo feitas dentro da escola, isso não é mais possível e, também, que se resolva a questão da falta-aula, que volte a falta-aula, como nós temos que voltar também com a falta abonada.

Sobre a falta abonada, eu tenho um projeto aqui tramitando, que envolve aí todo funcionalismo público estadual. Então, fica aqui a nossa exigência ao secretário, para que ele faça o encaminhamento, se é que ele vai fazer, porque ele já falou três vezes que tinha esse compromisso e hoje já dia 31 de agosto, e até agora o projeto não foi protocolado na Assembleia Legislativa. Então, queria fazer esse pronunciamento e exigir que o secretário tome essas providências.

Quero ainda, só para concluir, Sr. Presidente, aproveitando, olha, nós estamos preocupados, porque ontem foi protocolado um manifesto pela votação da reforma administrativa na Câmara dos Deputados. Mais de 20 frentes parlamentares assinaram esse manifesto pela votação da reforma administrativa, que está sendo defendida não pelo governo federal, o governo federal é totalmente contra, porque é um escárnio total essa reforma administrativa, quem está defendendo é o Lira, o coronel da Câmara dos Deputados, que manda, que controla o Centrão.

Ele está querendo e o mercado está querendo também, porque essa reforma em que está a PEC, famosa PEC 32, ela tem que ser retirada imediatamente da Câmara dos Deputados.

Ela é uma obra do nefasto e perverso governo Bolsonaro. Foi o Bolsonaro que apresentou essa famigerada PEC 32, que ataca, Sr. Presidente, o funcionalismo público como um todo e os serviços públicos do Brasil, acabando com o concurso público, praticamente, de provas e títulos; acabando com a estabilidade dos servidores, reduzindo drasticamente o número de servidores em quase todas as áreas.

É um dos maiores ataques feitos aos servidores do Brasil. Mas há uma movimentação, lá no Congresso Nacional, do mercado, das grandes empresas, desses setores reacionários e dessas frentes parlamentares controladas por esses grupos econômicos e pelo Centrão, querendo votar a reforma contra os servidores públicos do Brasil, o que nós não podemos permitir.

E aqui em São Paulo, também, o governador Tarcísio, antenado e irmanado a essa tese da reforma administrativa, está ameaçando e anunciando que vai também encaminhar um projeto de lei aqui para a Assembleia Legislativa, para que haja uma reforma estadual como essa do governo federal.

Só quero lembrar que o ex-governador Doria, no seu famigerado governo, já fez uma reforma administrativa aqui, Sr. Presidente, deputado Conte Lopes, retirando, acabando com a falta abonada, que nós tínhamos desde 1968 no Estatuto do Funcionalismo Público.

É isso que acontece quando tem qualquer reforma - retirada dos direitos dos servidores. Então, isso será aprofundado com uma nova reforma do Tarcísio, ou do Centrão na Câmara dos Deputados.

Ou mais ainda: nós perdemos - só para concluir, deputado Conte Lopes e deputado Reis - o reajuste do adicional de insalubridade. Acabou, não tem mais, porque o Doria aprovou aqui, com a base de sustentação do Governo, a famosa reforma administrativa.

E se o governador Tarcísio apresentar um projeto, vai retirar mais direitos, ainda, dos nossos servidores. E nós estaremos aqui para fazer o combate: contra as duas reformas, a reforma administrativa do Tarcísio de Freitas e a reforma do Lira e do Centrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Como vice-líder do PL, falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. É bom a gente colocar aqui que Tarcísio de Freitas, o governador, até bem aceito pelo povo de São Paulo, com uma boa porcentagem na avaliação do governo, nunca foi político.

Até sou testemunha, pois estávamos na sala do Bolsonaro eu, o Coronel Telhada, o Frederico d’Ávila, quando, numa conversa informal, o presidente Bolsonaro disse que indicaria Tarcísio de Freitas para concorrer ao governo de São Paulo.

Até as pessoas lá, muitos acreditaram na possibilidade. E ele realmente virou governador de São Paulo. Foi lançado e virou governador. É um homem muito competente e muito inteligente.

Mas na verdade ele está na política há oito meses. É diferente do presidente Lula, que eu conheço desde as greves do ABC, dos metalúrgicos, em 78; desde a fundação do PT em 80. Então, é um homem político. Veja que ele cria ministérios à vontade.

O próprio Lira foi citado aqui pelo deputado Carlos Giannazi, mas já está ganhando ministérios. Outros berram, e ele ganha ministério. Ele é político, ele sabe até trabalhar nesse sentido. O outro, não; está há oito meses na política, Tarcísio de Freitas.

Colocou um secretariado de técnicos, ele mesmo diz, e evidentemente está conduzindo o governo do estado de São Paulo. Não está satisfazendo a muitas pessoas? Talvez não, talvez não. Deixa de atender à classe política, e esse é um defeito, realmente, de todo aquele que não é político.

Foi um defeito de João Doria, nunca foi nem vereador, virou prefeito e governador. Foi o defeito de Fleury, que nunca foi vereador nem governador, e o Quêrcia o elegeu o governador.

Foi o defeito do Pitta, que nunca foi vereador, e o Paulo Maluf o elegeu prefeito de São Paulo. Foi o defeito do Haddad, da Dilma, que nunca foi vereadora e virou presidente da República.

Então, esse defeito, essas pessoas, a gente fala, a gente cobra. Eles deviam ouvir um pouco mais o lado político, mas como eles são cercados só de técnicos, os técnicos têm uma certa ojeriza à classe política.

Só que os políticos conhecem a alma do eleitor, eles sabem como pedir voto. Não adianta pegar para presidente da República e colocar um general, que às vezes nem a família dele vota nele, deputado Reis.

Então, não adianta. O cara tem que se abrir um pouco para o lado da política, não é? Talvez isso esteja faltando um pouco ao Tarcísio. A gente vê na imprensa que não conseguiu aprovar o projeto aqui na Casa, a insatisfação. Porque não ouve. Infelizmente, tem que ouvir mais a classe política, não é? A gente fala, a gente diz, o PL nosso aqui tem 19 deputados.

Então, tem que ser mais tratado, politicamente falando. Não é troca de favores, não, é poder político. Por exemplo, quando fui vereador em São Paulo, no governo Haddad, eu era do PTB.

Nós tínhamos com quatro vereadores a Secretaria de Esporte. Então, evidente que eu tinha que votar com o Haddad prefeito, como votava o deputado Reis. Então, às vezes o Paulo Fiorilo... Mas é evidente, é uma questão de princípio.

Se você faz parte de um governo, você vai votar contra? Se você resolver votar contra, tem que ir embora. Aí a gente tem que bater palma para o PT. O PT tem isso, eles podem brigar, mas votam fechados.

O nosso lado é diferente. Nosso lado é diferente. Quantas vezes eu falei aqui antes das eleições, que eleições se ganham na urna se ganha no dia? “Leva o vovô e a vovó para votar. Não adianta esperar que o Exército vai tomar uma atitude que nunca tomou”.

A PM não toma em relação à gente, nem o exército toma. Pelo contrário, eles pegam agora (Inaudível.) mais duro do mundo. Todo mundo consegue, menos a gente. Desde que eu cheguei aqui, deputado Reis, eu via Zé Dirceu, Luiza Erundina receberem medalha lá no quartel general.

As minhas eles tiravam, pois não gostavam de mim, porque eu me elegi, os coronéis. Então é assim? A vida é assim, e de vez em quando encontro algum: “Orra, te elegemos”. Eu dou risada, e fico quieto. Falar o que para o cara, não é, depois de 30 anos? Mas, infelizmente é isso.

Então, o governador está há oito meses na política, né? E esperamos que realmente ele trabalhe um pouco mais politicamente, não fique só ouvindo o político tal, o político que pensa no time dele, não pensa no time dos outros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicitaria o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de você. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem a Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Tenham todos uma boa tarde.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

* * *

1º DE SETEMBRO DE 2023 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: EDUARDO SUPLICY e REIS</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - REIS

Assume a Presidência.

5 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Tem a palavra no Pequeno Expediente o deputado Rafael Saraiva. Ausente. Deputado Paulo Reis, tem a palavra pelos cinco minutos regimentais.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saúdo o presidente, deputado Suplicy, a deputada Leci Brandão, público presente, todos os funcionários desta Casa, integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Suplicy, eu, hoje, vi, no Diário Oficial, o edital que foi publicado fruto de muita luta, de muita cobrança, que nós fizemos aqui nesta tribuna e na Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil, que era a realização, a publicação do certame para o concurso público. E hoje foram publicadas 3.500 vagas na Polícia Civil, e a gente tem que reconhecer que o filho nasceu, praticamente nove meses, entramos no nono mês, em setembro, e o filho nasceu.

São 1.250 vagas para investigadores de polícia, 1.333 vagas para escrivães de polícia, 116 vagas para médico legista, 552 vagas para delegado de polícia e 249 vagas para perito criminal. A prova tem praticamente cinco fases, a prova preambular, a prova dissertativa, a investigação social, a prova oral e a prova de títulos, que é um processo muito demorado, presidente Suplicy.

Nós, até agora, temos um concurso em andamento, que é o concurso que foi publicado me parece que se inscreveram e já passaram no concurso ainda não foram contratados, ainda não tomaram posse, estão na fase de títulos, então praticamente mais de um ano e ainda aquelas vagas não foram preenchidas.

Tenho indicado ao governo que agilize os procedimentos para resolver essa demanda que hoje é muito grande na Polícia Civil e também na Polícia Militar; são mais de 13 mil vagas em aberto segundo o próprio documento que o governo nos mandou por requerimento de informação.

E também temos que cobrar o concurso para o nível médio, não veio o concurso para auxiliar de papiloscopista, agente policial, fotógrafo, desenhista, que são os funcionários que dão apoio nas unidades policiais. E cobrar também do governador, foi uma indicação de minha autoria, para que ele enviasse um projeto de reestruturação da carreira dos oficiais administrativos. Os oficiais administrativos estão sofrendo muito e cobrando que o governo, em um dado momento, disse que ia reestruturar a carreira deles, mas até agora não chegou esse projeto de reestruturação.

Eu, inclusive, fiz um projeto em relação à insalubridade que eu quero submeter a esta Casa e aprovar, para que os oficiais administrativos e todos os funcionários que trabalham em unidades policiais que possam receber o grau de insalubridade máximo, ou receber a insalubridade no grau máximo, porque, de uma hora para outra, o Departamento Médico do Estado, o DPME, foi lá e cortou a insalubridade do grau máximo para o grau mínimo.

Então o funcionário já recebe o salário de cerca de 600 e alguma coisa, 640 reais, o governo dá um bônus para complementar para chegar a um salário mínimo, e ele tinha uma insalubridade de 785 reais, e aí caiu para 196 reais, um corte ali no ganho do servidor, e que a gente espera que o governo possa...

Não é possível que o governo veja isso e fique quieto. Que ele possa, sim, mandar o projeto de reestruturação da carreira dos oficiais administrativos, responder essa demanda e fazer com que haja o concurso para o nível médio, por enquanto, concurso que vê 3.500 vagas, é para nível superior, investigador, escrivão, médico legista, delegado e perito criminal.

A gente cobra do governo que ele mande e que publique um novo edital para os cargos de apoio, para os cargos de nível médio, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, caro deputado Reis. Tem a palavra o deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado